



ADRIANA SCHÜTZ

DIAGNOSTIC ADAPTIVE BEHAVIOR SCALE:
MÉTODOS DE APLICAÇÃO, CONCORDÂNCIA ENTRE JUÍZES
E VALIDADE CONVERGENTE

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Porto Alegre, 20 de maio de 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

DIAGNOSTIC ADAPTIVE BEHAVIOR SCALE:
MÉTODOS DE APLICAÇÃO, CONCORDÂNCIA ENTRE JUÍZES
E VALIDADE CONVERGENTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª.Dr^ª. Denise Ruschel Bandeira

Porto Alegre
2022

DIAGNOSTIC ADAPTIVE BEHAVIOR SCALE:
MÉTODOS DE APLICAÇÃO, CONCORDÂNCIA ENTRE JUÍZES
E VALIDADE CONVERGENTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: 20 de maio de 2022, Porto Alegre

BANCA EXAMINADORA

Prof.^ª. Dr.^ª. Jerusa Fumagalli de Salles
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof.^ª. Dr.^ª. Tatiana Pontrelli Mecca
Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP)

Prof. Dr. Sérgio Eduardo Silva de Oliveira
Universidade de Brasília (UnB)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	4
LISTA DE FIGURAS	5
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	6
RESUMO	8
ABSTRACT	9
CAPÍTULO I	10
INTRODUÇÃO	10
Relação Entre Comportamento Adaptativo e Deficiência Intelectual	10
Avaliação do Comportamento Adaptativo	14
Diagnostic Adaptive Behavior Scale	16
Adaptação da DABS para o Brasil	20
Justificativa e objetivos	21
CAPÍTULO II	24
MÉTODO	24
ESTUDO 1 - Comparação entre as modalidades de coleta	24
ESTUDO 2 - Concordância entre juízes	24
ESTUDO 3 - Validade convergente	24
Considerações éticas	24
CAPÍTULO III	26
RESULTADOS - indisponível	26
CAPÍTULO IV	27
DISCUSSÃO - indisponível	27
CAPÍTULO V	28
CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS	29
ANEXO A - Acordo de Licença em Pesquisa da DABS	36
ANEXO B - Parecer consubstanciado do CEP-PSICO	40
ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	48
ANEXO D - Formulário Cadastral do Participante	50
ANEXO E - Extrato de itens da versão adaptada da DABS (4-8)	56
ANEXO F - Extrato de itens da versão adaptada da DABS (9-15)	57
ANEXO G - Extrato de itens da versão adaptada da DABS (16-21)	58
ANEXO H - Questionário Sociodemográfico da DABS	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Consistência interna da DABS (coeficiente de alfa de Cronbach)

Tabela 2 - Proporções de sensibilidade e especificidade da DABS

Tabela 3 - Características descritivas dos participantes na amostra geral e nas subamostras por modalidade de coleta

Tabela 4 - Frequência das faixas etárias da amostra de acordo com a modalidade de coleta e grupo clínico ou não-clínico

Tabela 5 - Distribuição dos avaliandos por faixa etária e sexo na amostra geral e nas subamostras por grupo

Tabela 6 - Média e desvio-padrão de theta por domínio e faixa etária nos grupos clínico e não-clínico

Tabela 7 - Média e desvio-padrão dos valores de theta nos domínios Conceitual, Social e Prático por idade e por grupo clínico e não-clínico

Tabela 8 - Análises multigrupo das subescalas da DABS

Tabela 9 - Análise do funcionamento diferencial dos itens do domínio Conceitual da DABS

Tabela 10 - Análise do funcionamento diferencial dos itens do domínio Social da DABS

Tabela 11 - Análise do funcionamento diferencial dos itens do domínio Prático da DABS

Tabela 12 - Coeficientes de Correlação Intraclasse

Tabela 13 - Coeficientes de correlação entre a DABS e a EFA

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Conceitualização do comportamento adaptativo

Figura 2 - 10 diagnósticos/condições de saúde mais frequentes na subamostra do grupo clínico

Figura 3 - Escores padronizados da amostra no domínio conceitual de acordo com o grupo e a faixa etária

Figura 4 - Escores padronizados da amostra no domínio social de acordo com o grupo e a faixa etária

Figura 5 - Escores padronizados da amostra no domínio prático de acordo com o grupo e a faixa etária

Figura 6 - Correlação entre os escores do entrevistador e do observador nos três domínios da DABS

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAIDD - *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities*

AAMR - *American Association on Mental Retardation*

ABAS-3 - *Adaptive Behavior Assessment System*

ABS-S:2 - *Adaptive Behavior Scale - School*

APA - *American Psychological Association*

APAE - *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais*

Bayley-III - Escalas Bayley de Desenvolvimento Infantil

CA - Comportamento adaptativo

CEAPIA - Centro de Estudos Atendimento e Pesquisa da Infância e da Adolescência

CEP-PSICO - Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade

Federal do Rio Grande do Sul

CID-11 - Classificação Internacional de Doenças

CFI - *Comparative Fit Index*

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DABS - *Diagnostic Adaptive Behavior Scale*

DI - Deficiência intelectual

DIF - Funcionamento Diferencial dos Itens

DSM-5 - Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais

EFA - Escala de Funcionamento Adaptativo

FC - Funcionamento cognitivo

GEAPAP - Grupo de Estudo, Aplicação e Pesquisa em Avaliação Psicológica

ICC - Coeficiente de Correlação Intraclasse

IDADI - Inventário Dimensional de Avaliação do Desenvolvimento Infantil

ITC - *International Test Commission*

OMS - Organização Mundial de Saúde

QI - Quociente de inteligência

RMSEA - *Root Mean Square Error of Approximation*

SIB-R - *Scales of Independent Behavior*

SRMR - *Standardized Root Mean Square Residual*

TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade

TEA - Transtorno do Espectro Autista

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TLI - *Tucker-Lewis Index*

TND - Transtornos do neurodesenvolvimento

TRI - Teoria de Resposta ao Item

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Vineland-3 - *Vineland Adaptive Behavior Scales*

RESUMO

O comprometimento em comportamento adaptativo está presente em diversos transtornos do neurodesenvolvimento, como a Deficiência Intelectual, e é critério diagnóstico para muitos deles. Sua avaliação, portanto, é fundamental para o processo diagnóstico e, conseqüentemente, para o planejamento de intervenções, de forma que deve ser pautada em métodos válidos e fidedignos. No Brasil, existe uma carência de instrumentos desenvolvidos para a avaliação desse construto e, principalmente, normatizados para a população brasileira. A *Diagnostic Adaptive Behavior Scale* (DABS) é um instrumento estadunidense de avaliação do comportamento adaptativo. A escala é pautada nos três domínios do comportamento adaptativo (conceitual, social e prático), podendo ser utilizada para avaliar crianças e adolescentes com idades entre 4 e 21 anos. O trabalho objetivou avaliar as propriedades psicométricas da versão adaptada da DABS para o Brasil por meio da investigação de Funcionamento Diferencial dos Itens (DIF) entre as modalidades de entrevista *online* e presencial, estimativa de fidedignidade de concordância entre juízes e evidência de validade convergente a partir de outro instrumento que avalia o mesmo construto, a Escala de Funcionamento Adaptativo (EFA). Para isso, três diferentes estudos foram conduzidos, tendo como base a aplicação do instrumento em pais e responsáveis de crianças e adolescentes entre 4 e 21 anos. As análises de comparação entre as modalidades de entrevista indicaram um baixo índice de DIF entre os itens, que, por sua vez, não representa um obstáculo para o uso do instrumento por meio de aplicação *online* ou presencial. O estudo de concordância entre juízes apontou níveis de concordância entre diferentes avaliadores que variaram de bom a excelente, confirmando a fidedignidade dos escores na aplicação do instrumento. Por fim, a análise de correlação entre a DABS e a EFA apresentou coeficientes de correlações fortes, que evidenciam a validade de construto da DABS. Esses dados psicométricos demonstram que a versão brasileira da DABS é um instrumento válido e fidedigno de avaliação do comportamento adaptativo em crianças e adolescentes brasileiros.

Palavras-chave: Comportamento Adaptativo; Avaliação Psicológica; Normatização; Teoria de Resposta ao Item.

ABSTRACT

Adaptive behavior impairment is present in several neurodevelopmental disorders, such as Intellectual Disability, and is a diagnostic criterion for many of them. Therefore, its assessment is fundamental for the diagnostic process and, consequently, for planning interventions, so it should be based on valid and reliable methods. In Brazil, there is a lack of instruments developed for the assessment of this construct and, mainly, standardized for the Brazilian population. The Diagnostic Adaptive Behavior Scale (DABS) is a North American instrument to assess adaptive behavior. The scale is based on the three domains of adaptive behavior (conceptual, social and practical), and can be used to assess children and adolescents aged between 4 and 21 years. This study aimed to assess the psychometric properties of the adapted version of the DABS for Brazil through the investigation of Differential Item Functioning (DIF) between the online and face-to-face interview modalities, estimation of reliability of agreement between judges and evidence of convergent validity based on another instrument that assesses the same construct, the Adaptive Functioning Scale (EFA). For this, three different studies were conducted, based on the application of the instrument in parents and guardians of children and adolescents between 4 and 21 years old. The comparison analyzes between the two types of interview indicated a low index of DIF between the items, which, in turn, does not represent an obstacle to the use of the instrument through online or face-to-face application. The study of agreement between judges showed levels of agreement between different evaluators that ranged from good to excellent, confirming the reliability in the application of the instrument. Finally, the correlation analysis between DABS and EFA showed strong correlation coefficients, which evidence the construct validity of DABS. These psychometric data demonstrate that the Brazilian version of the DABS is a valid and reliable instrument for assessing adaptive behavior in Brazilian children and adolescents.

Keywords: Adaptive Behavior; Psychological Assessment; Standardization; Item Response Theory.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Relação Entre Comportamento Adaptativo e Deficiência Intelectual

Comportamento adaptativo é um construto que surgiu a partir da definição dos critérios da deficiência intelectual (DI) (Schalock et al., 2010), que, ao longo das últimas décadas, sofreu diversas alterações (Milian et al., 2013). Em um primeiro momento, foram introduzidos como critérios diagnósticos três conceitos: a maturação, que é resultado de um desenvolvimento interno e permite que o indivíduo reaja de maneira adequada a diferentes estímulos; a aprendizagem, que é a mudança comportamental gerada a partir de experiências (Carmichael, 1936); e o ajustamento social, que é a capacidade de se adaptar às demandas e limitações da sociedade (VandenBos, G. R. & American Psychological Association, 2007). Esses critérios são propostos por Heber (1959) em sua monografia complementar ao Manual de Terminologia e Classificação em Retardo Mental (nomenclatura utilizada para o transtorno até então). Apenas dois anos depois, quando o manual foi revisado, tais critérios foram condensados no construto único do CA, passando a ser um dos critérios diagnósticos para a DI (Tassé et al., 2016a). A partir da proposição de Heber, surgiu a necessidade de desenvolver instrumentos que pudessem avaliar o construto de maneira eficaz, de forma a viabilizar uma melhor avaliação da DI. Com isso, a própria definição de CA, assim como da DI, foi sendo refinada, de forma que pudesse tornar o processo diagnóstico mais claro e objetivo, chegando à descrição que temos hoje (Heber, 1961; Tassé et al., 2012).

O conceito de DI adotado atualmente por grandes instituições de saúde, como a *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities* (AAIDD), a *American Psychiatric Association* (APA) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), compreende um modelo multidimensional, ou seja, determinado por diferentes fatores (Tassé et al., 2012; Tassé et al., 2016c). A DI é caracterizada por limitações significativas (originadas antes dos 18 anos) tanto no funcionamento intelectual (ou cognitivo) quanto no comportamento adaptativo, de forma a abranger diversas habilidades cotidianas práticas, sociais e conceituais (Luckasson et al., 2002; Tassé et al., 2016a).

Conforme o atual Manual de Terminologia e Classificação da AAIDD (Schalock et al., 2010) e o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-5) (APA, 2014), CA expressa a funcionalidade do sujeito a partir do conjunto de habilidades conceituais, sociais e práticas apresentadas por ele em seu cotidiano. O domínio conceitual

diz respeito a habilidades de linguagem e alfabetização, memória, raciocínio matemático, orientação, solução de problemas, entre outros. O domínio social, por sua vez, envolve habilidades interpessoais, responsabilidade social, empatia, julgamento social, solução de problemas de socialização, capacidade de seguir regras e leis, entre outros. O domínio prático, por fim, abrange atividades de cuidado pessoal e de saúde, habilidades ocupacionais, autogestão, organização de tarefas profissionais/escolares e pessoais, controle de dinheiro, entre outros.

Estes três domínios são baseados em seis outros componentes presentes nas definições de CA anteriores à sua conceitualização sistematizada, conforme ilustrado na Figura 1. São eles: capacidade de aprendizagem e performance de habilidades necessárias para satisfazer as expectativas sociais; capacidade de apresentar comportamentos apropriados à sua idade e cultura; funcionamento relacionado a necessidades físicas e participação social; capacidade de manter relações sociais de forma responsável; avanço progressivo dos comportamentos adaptativos de acordo com o desenvolvimento; e presença de comportamentos adaptativos no contexto natural e cotidiano do indivíduo. Tais componentes são essenciais para a avaliação do CA no diagnóstico de DI, uma vez que estão associados a atividades do dia-a-dia do indivíduo (Harrison, 1987; Tassé et al., 2012).

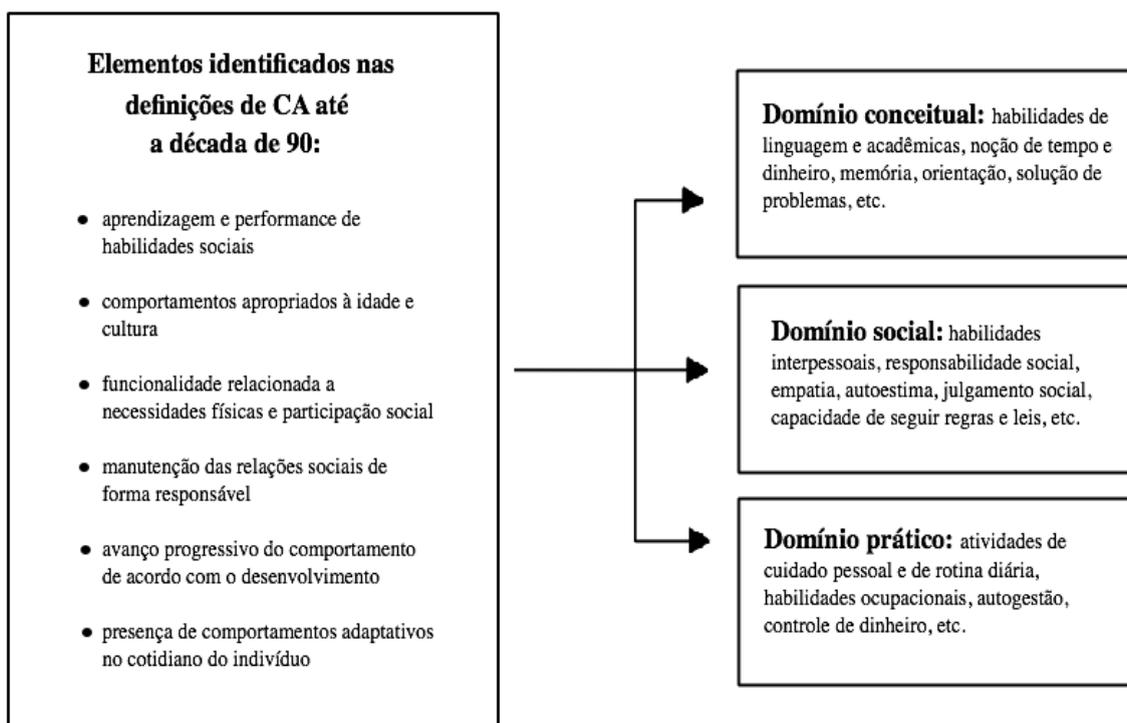
Na literatura sobre comportamento adaptativo, podem-se encontrar duas terminologias para este mesmo conceito: comportamento ou funcionamento adaptativo. Apesar de serem sinônimos, os termos podem gerar certa confusão devido à sobreposição com o conceito de funcionalidade, que abrange funções do corpo, atividades e participação de forma mais geral. Quando se fala de comportamento adaptativo, no entanto, refere-se, de forma mais específica às habilidades sociais, conceituais e práticas necessárias para atividades cotidianas (Mecca et al., 2015). O uso de duas nomenclaturas diferentes é devido a diferentes propostas de conceitualização. Enquanto a AAIDD adotou o termo “comportamento adaptativo”, o DSM V usa “funcionamento adaptativo”, porém ambos descrevem o mesmo construto (APA, 2014; Schalock et al., 2010).

O comprometimento do CA, apesar de frequentemente aparecer associado à DI, pode estar correlacionado com diferentes condições, como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Síndrome de Down, Síndrome de Tourette, Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH), Síndrome de Williams, entre outras, que também incluem os prejuízos em CA como critério diagnóstico (Mecca et al., 2015). Por ter surgido a partir de estudos direcionados para o aprimoramento do conceito de DI e ser um critério fundamental para o

seu diagnóstico, no entanto, o construto possui muito destaque nessa área (Tassé et al., 2016c).

Figura 1

Conceitualização do comportamento adaptativo



Outro ponto importante para o diagnóstico da DI é o funcionamento cognitivo (FC), a inteligência. Ele diz respeito às habilidades mentais de forma geral, incluindo raciocínio, planejamento, resolução de problemas, pensamento abstrato, compreensão de ideias complexas e aprendizado (Gottfredson, 1997; Tassé et al., 2016a). A avaliação desses dois construtos, CA e FC, é fundamental para um processo diagnóstico de DI, porém é preciso compreender os aspectos específicos de cada um deles a serem analisados (Tassé et al., 2016a). Primeiramente, é importante destacar que o CA, diferentemente das habilidades intelectuais do sujeito, deve ser avaliado de acordo com seu desempenho em atividades cotidianas, e não em contextos de alta performance. Enquanto que na avaliação de aspectos intelectuais, o indivíduo é provocado a apresentar seu melhor desempenho por meio de atividades através das quais ele sabe que será analisado, ao avaliar CA, o examinador realiza a análise dos critérios através de relatos do seu funcionamento regular e rotineiro (Luckasson & Schalock, 2015; Santos, Morato & Luckasson, 2014; Tassé et al., 2012). Além disso, o CA

é melhor avaliado por meio da narrativa de um ou mais informantes, uma vez que a capacidade do avaliando de estimar suas próprias habilidades e a consequente confiabilidade das respostas podem ser comprometidas, principalmente no caso de crianças. É importante ainda que o informante possa reportar o padrão de uso funcional das habilidades investigadas, de forma que se possa analisar a forma como o avaliando consegue aplicar tais capacidades no seu cotidiano (Tassé et al., 2012).

As limitações no FC são constatadas por meio de um escore de, pelo menos, dois desvios-padrão abaixo da média. Para verificar esse escore, diferentes instrumentos de avaliação de inteligência podem ser utilizados e suas características psicométricas devem ser consideradas no momento da interpretação do resultado (Tassé et al., 2012; Tassé et al., 2016a). É importante destacar, no entanto, que os testes que avaliam QI apresentam baixa capacidade discriminativa quando aplicados a indivíduos que se encontram nas extremidades da distribuição normal de inteligência, ou seja, aqueles com QI muito acima ou muito abaixo da média (Schwartzman & Lederman, 2017). Assim, faz-se fundamental a mensuração do CA, que, por sua vez, pode ser realizada por meio de entrevistas e observações ou instrumentos normatizados para a população geral, de forma a identificar limitações em um ou mais domínios (conceitual, social e prático) através da investigação do comportamento típico do indivíduo. Tais limitações são confirmadas por meio de um escore de, assim como no FC, dois desvios-padrão abaixo da média. A avaliação do CA, porém, deve considerar fatores socioculturais e contextuais (como oportunidades de apresentar determinado comportamento, limitações socioeconômicas, características culturais de onde vive, etc.), uma vez que podem ter impacto sobre o funcionamento do indivíduo (Arias et al., 2013; Balboni et al., 2014; Tassé et al., 2016a).

Conforme evidenciam Tassé e colaboradores (2016a), é importante destacar que, ainda que ambos os construtos apareçam juntos nos critérios para o diagnóstico de DI, não existem quaisquer evidências científicas apontando uma relação causal entre CA e FC. Sua relação é apenas correlacional, ou seja, comprometimento no CA não é originado por déficits no FC e vice-versa; eles são concomitantes. A avaliação dos construtos, portanto, deve ser feita de maneira análoga e sua influência no processo diagnóstico deve ter o mesmo peso, porém considerando sempre que o nível de gravidade do caso será determinado pelo CA (Arias et al., 2013).

Avaliação do Comportamento Adaptativo

A partir de estudos focados na compreensão dos fatores que determinam a DI (entre eles, o comprometimento no CA), começaram a surgir instrumentos que se propunham a auxiliar a avaliação desses construtos. Nos últimos 50 anos, foi constatado um aumento significativo de testes normatizados criados com esta finalidade, alcançando mais de 200 instrumentos (Tassé et al., 2016c). Dentre eles, destacam-se quatro testes que apresentam propriedades psicométricas que suprem a necessidade do clínico avaliador e, atualmente, são os mais utilizados para fins diagnósticos: *Vineland Adaptive Behavior Scales* - terceira edição (Vineland-3); *Adaptive Behavior Assessment System* - terceira edição (ABAS-3); *Scales of Independent Behavior* - versão revisada (SIB-R); *Adaptive Behavior Scale - School*, segunda edição (ABS-S:2) (Tassé et al., 2012).

A Vineland-3 é um instrumento atualizado para avaliação do CA em indivíduos de idades entre zero e 90 anos. Sua administração pode ser realizada por profissionais de áreas relacionadas à avaliação diagnóstica (como psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, neuropsicólogos, entre outros) e se dá por meio de uma entrevista semiestruturada em forma de questionário. Atualmente, existem três versões: Formulário de Entrevista Extensivo; o Formulário de Pais/Cuidadores e o Formulário do Professor. O tempo de aplicação pode variar, de acordo com o formulário utilizado, de 10 a 40 minutos. Todas as versões são divididas em cinco domínios: comunicação, atividades da vida diária, socialização, habilidades motoras e comportamentos mal-adaptativos (internalizantes e externalizantes). Cada um deles recebe, ao final, um escore-padrão (Sparrow, Cicchetti, & Saulnier, 2016). Este instrumento possui uma versão adaptada para o português em comercialização no Brasil, porém sem dados normativos ou evidências de validade (Ferreira & Van Munster, 2015).

O ABAS-3 avalia habilidades adaptativas em indivíduos de zero a 89 anos e possui um tempo de aplicação de 15 a 20 minutos para cada formulário. A escala pode ser respondida por pais/cuidadores, professores ou pessoas que conheçam suficientemente as atividades diárias do indivíduo, possuindo também a opção de autorrelato para adultos. O instrumento fornece cinco versões de formulários de acordo com a idade e o respondente: Formulários para Pais/Cuidadores Primários (0-5 anos e 5-21 anos); Formulários para Professor (2-5 anos e 5-21 anos) e Formulário de Adultos (16-89 anos). O ABAS-3 abrange os três domínios do CA (conceitual, social e prático) e, dentro deles, avalia 11 áreas de habilidades adaptativas, fornecendo escores para cada uma delas e escores-padrão, intervalos de confiança e percentis para os domínios gerais (Harrison & Oakland, 2015). Atualmente, o

instrumento está sendo adaptado para o contexto brasileiro e estudos de validação estão sendo conduzidos (Teixeira & Mecca, comunicação pessoal, 8 de abril de 2022).

A SIB-R é a versão revisada do instrumento criado para avaliar comportamento adaptativo, podendo ser utilizado com crianças desde os 3 meses de idade até adultos com 80 anos. A escala pode ser usada como uma entrevista estruturada ou preenchida diretamente pelo respondente. A SIB-R oferece duas opções de formulários: o formulário completo e a versão abreviada, que possuem um tempo de aplicação médio de 45-60 e 15-20 minutos respectivamente. Os domínios avaliados são habilidades motoras, interação social e habilidades de comunicação, habilidades de cuidado pessoal, habilidades de vida em comunidade e comportamentos desafiadores (Davis, 2010).

A ABS-S:2, voltada para o contexto escolar, foi desenvolvida pela *American Association on Mental Retardation* (AAMR) para a avaliação do comportamento adaptativo e evidência diagnóstica de DI ou outras condições incapacitantes que requerem adaptações educacionais. O instrumento pode ser aplicado em crianças e adolescentes com idades entre 3 anos e 18 anos e 11 meses. Sua administração é individual através de uma entrevista e o tempo de aplicação varia de 15 a 30 minutos. A escala é dividida em duas partes, sendo a primeira dividida em nove domínios relacionados à independência pessoal e habilidades do cotidiano, e a segunda dividida em sete domínios relacionados à manifestação de personalidade e comportamento. Os resultados do instrumento são fornecidos a partir de escores-padrão e percentis gerados a partir da pontuação em cada um dos domínios (Stinnett, Fuqua & Coombs, 1999).

Os instrumentos supracitados, no entanto, que costumam ser muito utilizados no exterior, não possuem normas para a população brasileira, sendo a Vineland o único entre eles que já possui tradução para o português brasileiro (Ferreira & Van Munster, 2015). Atualmente, dois outros instrumentos se destacam no cenário nacional para avaliação do desenvolvimento infantil que incluem o domínio do CA: as Escalas Bayley de Desenvolvimento Infantil, desenvolvidas para avaliar crianças de um a 42 meses, porém ainda sem normas para a população brasileira (Bayley-III; Bayley, 2018); e o Inventário Dimensional de Desenvolvimento Infantil (IDADI), que avalia crianças de 4 até 72 meses de idade, tendo sido desenvolvido inteiramente no Brasil, pelo GEAPAP, e com normas atuais (Silva, Mendonça Filho, & Bandeira, 2020). Esses instrumentos, no entanto, não foram desenvolvidos especificamente para a avaliação do CA e não têm por finalidade servir de apoio ao diagnóstico de DI, porém podem servir de auxílio à investigação do desenvolvimento do CA em fases iniciais.

Além disso, está em processo de coleta de dados para a construção das normas, a Escala de Funcionamento Adaptativo (EFA). Esse instrumento, também desenvolvido pelo GEAPAP, é o único brasileiro voltado para a avaliação do comportamento adaptativo, desenvolvido seguindo critério e rigor teórico e metodológico, com forte embasamento na literatura do construto e orientações internacionais para a construção de instrumentos psicológicos. A escala pode ser usada em crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos. A EFA é um instrumento de heterorrelato, ou seja, respondido por pais/responsáveis, e é composta por três domínios: conceitual, social e prático. A escala possui 52 itens que devem ser pontuados de acordo com uma escala do tipo Likert (Selau, Silva & Bandeira, 2020).

Conforme Ferreira e Van Munster (2015), no Brasil, a avaliação do CA possui prevalência no contexto clínico, sendo os instrumentos padronizados o método de avaliação mais utilizado pelos profissionais, seguido, em segundo lugar, pelo uso de instrumentos não padronizados (como observações, entrevistas, etc.). No entanto, ainda são poucos os instrumentos normatizados para a população brasileira, de forma que os profissionais acabam restritos a um número limitado de testes ou à utilização de diferentes estratégias para o processo de avaliação do CA. Essas informações indicam uma carência no campo da avaliação psicológica no Brasil e a necessidade de criação ou adaptação de instrumentos adequados ao contexto brasileiro.

Diagnostic Adaptive Behavior Scale

O refinamento do conceito de CA e DI foi resultado, em grande parte, dos esforços da AAIDD, uma associação americana que se dedica a estudar a DI e os fatores que a permeiam (Balboni et al., 2014; Tassé et al., 2012). A AAIDD, então *American Association on Mental Retardation* (AAMR), foi fundada em 1876 por um pequeno grupo de pessoas que comandavam instituições menores também voltadas para pessoas com deficiência. Hoje a associação conta com, aproximadamente, 3500 membros de diferentes campos de conhecimento e atuação e é considerada líder na área, tendo desenvolvido um sistema de definição e classificação de critérios diagnósticos, além de uma importante rede de suporte para pessoas com DI (Schalock et al., 2010; Tassé et al., 2013).

Os estudos realizados pela AAIDD influenciaram e influenciam ainda hoje organizações governamentais, sociais e profissionais no mundo todo, como a APA e a OMS, no processo de definição e compreensão da DI nos seus manuais diagnósticos, o DSM-5 e o CID-11 (Classificação Internacional de Doenças) respectivamente (APA, 2014; Harris, 2013; OMS, 2018). Seu empenho em projetos direcionados à melhor compreensão da DI e do

impacto que a condição implica sobre a vida do indivíduo possibilitou grandes avanços nas áreas científica, clínica e, até mesmo, de políticas públicas. Ainda que com uma atuação mais concentrada ao território americano, a AAIDD potencializou movimentos políticos e sociais em prol dos direitos das pessoas com DI, o que estimulou políticas como a de inclusão e assistência a indivíduos com DI e suas famílias (Braddock et al., 2013; Turnbull & Stowe, 2014).

Atualmente, a AAIDD realiza diversos estudos e pesquisas orientados ao avanços científicos na área da DI, além da promoção de conferências anuais com a presença de especialistas. Desta forma, propõe-se a desenvolver e disseminar conhecimento e materiais de apoio à comunidade e a profissionais que atuam diretamente com essa população (Turnbull & Stowe, 2014). Dentre os projetos desenvolvidos pela AAIDD, está o objeto de estudo desta dissertação: a *Diagnostic Adaptive Behavior Scale* (DABS).

A DABS é um instrumento recente que visa avaliar o CA e, assim, auxiliar no diagnóstico de DI (Tassé et al., 2016c). Criado nos Estados Unidos por especialistas na área a partir de um projeto iniciado em 2006 pela AAIDD, a escala tem por objetivo possibilitar que profissionais que trabalham com o público que apresenta algum tipo de déficit intelectual possam realizar a avaliação das habilidades de CA de forma acurada (Navas et al, 2012). Ela foi elaborada com o propósito de fornecer informações a partir do ponto de corte que determina limitações significativas neste construto: dois desvios-padrão abaixo da média (correspondente a um escore padrão de, aproximadamente, 70) em, pelo menos, um dos três domínios do CA ou em uma pontuação geral derivada dos três domínios. Desta forma, auxilia o processo de decisão relacionado ao diagnóstico de DI (Tassé et al., 2016b; Tassé et al., 2016c).

Além de configurar-se como uma importante ferramenta para a identificação dos padrões de desenvolvimento do comportamento adaptativo, a DABS possui também um forte papel no processo de planejamento de intervenções para crianças e adolescentes com DI ou outros transtornos do neurodesenvolvimento (TN). Ainda que não deva ser usada isoladamente para o planejamento de estratégias interventivas, quando associada a uma detalhada investigação do nível de suporte necessário pelo indivíduo, a escala pode auxiliar o profissional a identificar aqueles indivíduos com DI, indicando as habilidades subdesenvolvidas em cada domínio e, assim, orientando a tomada de decisão relativa ao tratamento (Tassé et al., 2016c).

A DABS é baseada na definição dos três domínios (habilidades conceituais, sociais e práticas) utilizada no sistema de classificação da AAIDD (Tassé et al., 2016c). Ela deve ser

aplicada por um profissional com conhecimentos prévios em transtornos do neurodesenvolvimento, podendo ser oriundos de diferentes áreas de atuação (educação, saúde, serviço social, etc.), a partir de uma entrevista semi-estruturada guiada pelo próprio instrumento. O respondente deve ser um familiar ou responsável que possua conhecimento sobre hábitos, comportamentos e capacidades do avaliando (Tassé et al., 2016b; Tassé, 2017).

A escala foi normatizada em uma amostra da população estadunidense, com indivíduos de idades entre 4 e 21 anos, divididos em três grupos etários: 4-8, 9-15 e 16-21. A DABS possui 75 itens, que devem ser respondidos de acordo com uma escala do tipo Likert de 4 pontos: 0 = Não - raramente ou nunca faz isso; 1 = Sim - faz com lembretes ou ajuda - mas raramente ou nunca de forma independente; 2 = Sim - faz às vezes de forma independente - mas às vezes precisa de lembretes ou ajuda; 3 = Sim - faz sempre ou quase sempre de forma independente - raramente ou nunca precisa de lembretes ou ajuda. O instrumento oferece ainda a opção NP = Não pontua, marcado quando o avaliando não tem oportunidade de realizar tal comportamento devido a restrições do ambiente, ou o respondente não tem conhecimento direto do desempenho típico do indivíduo. Por fim, a DABS fornece um escore padronizado para cada um dos domínios avaliados (conceitual, prático e social) e também um escore geral com $M=100$ e $DP=15$ (Arias et al., 2013; Balboni et al., 2014; Tassé et al., 2016b).

Destaca-se como diferencial do instrumento o uso da Teoria da Resposta ao Item (TRI) no desenvolvimento da escala, o que permite a seleção dos itens mais adequados e relevantes para a mensuração de habilidades conceituais, sociais e práticas, atentando para diferenças intragrupo. A TRI é um modelo matemático que avalia os elementos de um instrumento separadamente, considerando cada item de forma particular, de forma que suas conclusões são baseadas nos itens que compõem o teste e não no escore total produzido a partir dele. Com isso, a teoria permite comparações entre escores mesmo em diferentes instrumentos desde que estejam medindo a mesma característica (De Araújo, De Andrade & Bortolotti, 2009). Além disso, este modelo considera o nível de aptidão do indivíduo, uma vez que seu escore é baseado em itens com dificuldades condizentes às habilidades apresentadas durante a avaliação (Nakano, Primi & Nunes, 2015; Pasquali & Primi, 2003). A TRI, portanto, foi escolhida como método para construção e pontuação da DABS por fornecer à escala uma maior sensibilidade às diferenças individuais dos avaliandos (Tassé et al., 2016c; Balboni et al., 2014; Tassé, 2017).

A DABS apresenta excelentes níveis de consistência interna, conforme apresentados na Tabela 1, assim como boa fidedignidade teste-reteste, com coeficientes de Pearson e ICC

variando de 0,78 a 0,95, e níveis satisfatórios de fidedignidade inter-respondentes, com coeficientes de Pearson e ICC variando de 0,61 a 0,90. Conforme estudo de validade convergente com a Vineland-II, a DABS apresenta também bons coeficientes de correlação entre os domínios, com coeficientes variando de 0,70 a 0,84. Foram conduzidos ainda estudos de sensibilidade e especificidade, que indicaram bons índices, conforme a Tabela 2 (Tassé et al., 2018), confirmando a acurácia do instrumento para o ponto de corte de dois desvios-padrão abaixo da média (70).

Tabela 1

Consistência interna da DABS (coeficiente de alfa de Cronbach)

Domínios	Faixa etária		
	4-8	9-15	16-21
conceitual	0,96	0,97	0,98
social	0,96	0,97	0,97
prático	0,94	0,96	0,96
Escore Total	0,98	0,99	0,99

Nota. Adaptado de Tassé et al. (2018, p. 52)

Tabela 2

Proporções de sensibilidade e especificidade da DABS

Faixa etária	Sensibilidade (% corretamente incluído no grupo DI)	Especificidade (% corretamente excluído do grupo DI)
4-8	81%	91%
9-15	86%	89%
16-21	98%	90%
Média	88%	90%

Nota. Adaptado de Tassé et al. (2018, p. 60)

A DABS possui ainda uma versão italiana, que passou por um processo de tradução e adaptação acompanhado de perto pelos autores do instrumento original. Embora essa versão ainda não tenha sido publicada, existem já algumas evidências de validade e estimativas de

fidedignidade da adaptação. A DABS italiana apresentou como evidências de fidedignidade coeficientes de correlação teste-reteste que variaram de $r = 0,91$ a $0,95$ e $ICC = 0,95$ a $0,98$, indicando níveis excelentes, além de correlação inter-respondente com coeficientes de $r = 0,64$ a $0,89$, variando entre correlações fortes e muito fortes, e $ICC = 0,78$ a $0,94$, indicando níveis excelentes. Essa versão apresentou ainda nível de sensibilidade de 86% e especificidade de 99%, indicando ótima precisão diagnóstica (Balboni et al., 2022).

Adaptação da DABS para o Brasil

O processo de adaptação da DABS para o contexto brasileiro foi iniciado em 2018 e conduzido por Hallberg (2022), que entrou em contato com os autores do instrumento e a AAIDD para obter a licença (Anexo A) e orientações para esse procedimento. O projeto para a adaptação foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEP-PSICO) (Anexo B) e desenvolvido pelo GEAPAP.

Em uma primeira etapa, o instrumento original foi traduzido do inglês para o português por dois profissionais especialistas que trabalham com tradução. Após essa etapa, a equipe de pesquisa analisou e sintetizou as duas versões, dando origem a uma Tradução Preliminar. Essa tradução foi, posteriormente, analisada e comparada à escala americana por um especialista no construto em questão, além de ter sido discutida no grupo de pesquisa, para que pudessem ser feitas possíveis modificações, originando a Tradução Pré-teste. É importante destacar ainda que o processo foi acompanhado por um dos autores do instrumento original, que se fez presente para esclarecimentos de quaisquer dúvidas que surgissem durante todas as etapas da adaptação.

A Tradução Pré-teste passou por uma aplicação piloto em uma pequena amostra da população-alvo entrevistada por psicólogos de diferentes estados do país. Estes foram questionados em relação à clareza e adequação do instrumento como um todo e também de cada item individualmente. A partir das aplicações-piloto e apontamentos dos avaliadores, foi produzida a versão final da escala, com as modificações e adequações necessárias (Hallberg, 2022).

A segunda etapa do processo de adaptação foi constituída por estudos de investigação de evidências de validade baseadas na estrutura interna da versão brasileira da DABS em uma amostra de 477 brasileiros entre 4 a 21 anos de idade ($M = 10,31$; $DP = 4,35$). A maioria desses participantes era do sexo masculino (60,6%), de etnia branca (67,4%) e natural da

região sudeste (40,7%) e sul (39,8%) do país. A amostra incluiu participantes com desenvolvimento típico (32,9%) e com diagnóstico de Deficiência Intelectual (DI) e/ou outra condição que afeta o funcionamento adaptativo (67,1%). Os dados foram analisados através de Teoria de Resposta ao Item (TRI) e acusaram carga fatorial alta para todos os domínios e grupos etários investigados, com índices de ajustes variando de 0,78 a 0,94 (Hallberg, 2022).

Uma vez que as coletas para o processo de adaptação da DABS ocorreram entre os anos de 2020 e 2021, caracterizados pelo contexto da pandemia de COVID-19, foi necessária uma adaptação devido às restrições decorrentes do isolamento social. Assim, muitas entrevistas tiveram que ser realizadas de forma remota, por meio de plataformas *on-line*. Não existem ainda, no entanto, estudos com a aplicação da DABS nesse contexto, de forma que essa adaptação se deu conforme combinações excepcionais com o autor do instrumento. Essa modalidade de aplicação do instrumento exige, assim, uma análise para identificação de possíveis diferenças entre os escores quando comparada à modalidade de entrevista presencial.

Atualmente, a versão brasileira da DABS já possui contrato para sua publicação no Brasil pela editora Hogrefe. Para isso, serão realizados novos estudos de normatização e evidências de validade ao longo do próximo ano. Como parte do processo de publicação, será elaborado ainda um treinamento para que os profissionais interessados em utilizar o instrumento sejam melhor capacitados a aplicá-lo.

A adaptação da DABS pro Brasil representa um ganho importante para a avaliação de indivíduos com TND, já que, diferentemente de outros instrumentos com evidências de validade e para a avaliação do mesmo construto, como a própria EFA, ela possui um alcance maior em relação às faixas etárias, permitindo diagnósticos precoces durante a infância e o acompanhamento do processo desenvolvimental do indivíduo em etapas seguintes. Além disso, é um instrumento com um maior número de itens e baseado nos métodos da TRI, o que permite uma maior precisão dos resultados. Sendo ainda um instrumento internacional, a DABS tem validação para outros países e permite a condução de estudos transculturais, o que pode ser de fundamental importância para a avaliação do comportamento adaptativo.

Justificativa e objetivos

Como um instrumento de apoio ao processo diagnóstico da DI, a DABS possui papel fundamental tanto para o âmbito clínico como para o contexto científico, de forma a ampliar conhecimentos sobre CA e possibilitar uma medida precisa do construto. Além de ser uma ferramenta bastante útil no contexto da avaliação psicológica, a DABS possui um papel

importante também no tratamento de pessoas com transtornos do neurodesenvolvimento, uma vez que permite a identificação da condição e, a partir do escore em cada domínio, das dificuldades e potencialidades do indivíduo. O instrumento, portanto, serve como ferramenta de apoio para profissionais de diferentes áreas que atuam com esse público.

A escala possui ainda um processo de construção diferenciado quando comparado a outros instrumentos que medem CA em crianças e adolescentes, uma vez que utiliza a TRI como modelo psicométrico ao invés da Teoria Clássica dos Testes (TCT). Esse método permite uma mensuração mais específica do nível de habilidade do traço latente em questão e, assim, uma maior sensibilidade para diferenças individuais, assegurando um diagnóstico mais preciso (Balboni et al., 2014).

Como parte do processo de adaptação de um instrumento, a ITC (*International Test Commission*, 2017) aponta a importância da investigação de evidências empíricas da versão adaptada para a garantia das inferências feitas a partir do instrumento, uma vez que, assim como as normas, as evidências de validade e fidedignidade não se aplicam às adaptações dos testes para outras culturas. Assim, para a utilização da DABS no contexto brasileiro, é fundamental a investigação de tais evidências.

Dado que não existem evidências prévias da utilização do instrumento de forma remota, faz-se necessária a avaliação dessa adaptação para o contexto *on-line*. Conforme a ITC (2017), as evidências estatísticas de equivalência dos itens são fundamentais para testes que são aplicados em diferentes populações ou diferentes contextos, como é o caso da DABS. Essa caracteriza-se como uma importante evidência de validade para a versão adaptada da DABS para o Brasil, visto que uma parte da coleta se deu de forma remota e outra, de forma presencial.

Por ser um instrumento pontuado pelo entrevistador e não diretamente pelo respondente, a investigação de evidências de concordância entre juízes também configura uma importante etapa do processo de adaptação da versão brasileira da DABS, de forma a confirmar a fidedignidade dos escores por meio da aplicação do instrumento por diferentes avaliadores. Da mesma forma, evidências de validade convergente indicam, através da correlação com outro instrumento já consolidado para a avaliação do mesmo construto, a eficácia do instrumento para a mensuração do construto em questão.

Desta forma, a dissertação é motivada pela importância da escala para a população brasileira no atual contexto da avaliação psicológica nacional, caracterizado pela escassez de instrumentos normatizados que meçam CA. O objetivo geral do trabalho foi investigar

evidências de validade e estimativas de fidedignidade da versão adaptada da DABS para o Brasil, que poderão sustentar o uso do instrumento para a população brasileira.

Para o primeiro estudo, em que foram realizadas análises de possíveis diferenças estatisticamente significativas entre os escores obtidos a partir de entrevistas *online* e presenciais, o objetivo foi investigar o funcionamento dos itens nas duas modalidades de forma a apoiar os resultados obtidos neste trabalho e a possibilidade de aplicação remota do instrumento quando publicado. Devido ao formato de entrevista da DABS, que deve se manter quando aplicado *online*, espera-se que o funcionamento dos itens seja similar em ambas as modalidades, de forma a garantir a fidedignidade do instrumento independente da forma em que é aplicado. Foram realizados ainda procedimentos de avaliação dos escores médios por idade e grupo clínico e não-clínico de acordo com os métodos de aplicação em vista de uma melhor compreensão do funcionamento do instrumento em diferentes populações.

O segundo estudo, de análise de concordância entre juízes, teve como objetivo avaliar a correlação entre a pontuação de dois avaliadores diferentes em uma mesma aplicação, como estimativa de fidedignidade do instrumento. Uma vez que a DABS depende do julgamento clínico do avaliador diante das respostas obtidas para a pontuação, entende-se que pode haver certa variabilidade entre as pontuações, porém espera-se que essa variação não seja significativa, de forma que não gere prejuízos à aplicação do instrumento. Esse tipo de estudo é pouco comum entre instrumentos de avaliação do comportamento adaptativo, porém, dada a complexidade do construto e a relevância do papel do aplicador e do seu julgamento clínico durante a avaliação, é também uma evidência de extrema relevância para aspectos práticos do uso da do instrumento no contexto clínico.

Por fim, o terceiro estudo, caracterizado pela análise de correlação entre os escores da DABS e os escores de um instrumento com evidências de validade para a avaliação do mesmo construto, a EFA, teve como objetivo fornecer evidência de validade convergente em relação à mensuração do comportamento adaptativo. Espera-se que, assim como o instrumento original, haja uma correlação forte entre os três domínios avaliados pela DABS e pelo instrumento validado.

O presente trabalho, portanto, apresenta três estudos diferentes de adequação da versão brasileira da DABS. A seção de metodologia e resultados dos estudos foi organizada individualmente para cada um deles, de forma a facilitar a apresentação de suas características e destacar as suas especificidades. A discussão, no entanto, foi apresentada posteriormente, unindo e interconectando as informações dos três estudos.

CAPÍTULO II

MÉTODO

ESTUDO 1 - Comparação entre as modalidades de coleta

Como uma estimativa de fidedignidade da DABS, foram investigadas possíveis diferenças entre os escores provenientes das duas modalidades de coleta (*online* e presencial). Este estudo psicométrico, portanto, possui caráter quantitativo (Creswell, 2010) e se deu por meio da identificação do Funcionamento Diferencial dos Itens (DIF) entre os grupos.

ESTUDO 2 - Concordância entre juízes

Uma vez que é um instrumento pontuado por um avaliador, que conta com seu julgamento clínico para fazê-lo, a DABS está suscetível a erros de medida gerados por discrepâncias entre diferentes avaliadores e, portanto, faz-se necessário avaliar a consistência das pontuações. Assim, para fins de verificação da eficácia do instrumento, foi realizado um estudo de estimativa de fidedignidade baseada no grau de concordância entre juízes na pontuação no instrumento, que se refere à estabilidade, consistência interna e precisão do teste a partir de observadores diferentes (Souza, Alexandre & Guirardello, 2017). É um estudo de delineamento correlacional quantitativo transversal (Creswell, 2010) baseado na comparação entre escores do instrumento pontuados por diferentes avaliadores.

ESTUDO 3 - Validade convergente

Para investigação de validade de construto convergente, foi analisada a relação entre a DABS e outra medida do comportamento adaptativo, a Escala de Funcionamento Adaptativo para Deficiência Intelectual (EFA). É caracterizado, portanto, como um estudo psicométrico de caráter quantitativo correlacional (Creswell, 2010), que objetiva indicar o nível de correlação entre o instrumento em questão e outro que mede um construto teoricamente relacionado ao que o primeiro mede (Pasquali, 2007).

Considerações éticas

As coletas deste projeto, de todos os três estudos, estavam associadas à coleta do estudo anterior de adaptação da DABS, previamente aprovada pelo CEP-PSICO (CAAE: 14409919.9.0000.5334) (Anexo B). Os procedimentos aqui descritos prezam pelos cuidados éticos necessários para pesquisas envolvendo seres humanos em concordância com a

resolução 196/96 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) (Brasil, 1996) e com a resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) (Conselho Federal de Psicologia, 2000).

Todos os participantes dos estudos confirmaram sua participação através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, Anexo C) em duas vias, sendo uma para o participante e uma para armazenamento do grupo de pesquisa responsável pelo projeto. O TCLE fornece informações pertinentes à pesquisa, como riscos e benefícios da participação no estudo, questões de sigilo e anonimato e contatos dos pesquisadores envolvidos. Os participantes foram instruídos sobre o direito de recusa ou desistência da participação na pesquisa a qualquer momento e tiveram acesso aos resultados dos instrumentos coletados mediante solicitação.

Todos os dados coletados ficarão sob responsabilidade do grupo de pesquisa responsável durante o período de cinco anos. Qualquer dado com identificação dos participantes será destruído após esse período. Os resultados dos estudos preservam o anonimato dos participantes por meio do devido tratamento dos dados coletados e seguem as cláusulas contratuais estabelecidas no Anexo A.

Demais informações metodológicas estão indisponíveis nesta versão do trabalho.

CAPÍTULO III

RESULTADOS

A seção de resultados encontra-se indisponível nesta versão do trabalho.

CAPÍTULO IV

DISCUSSÃO

A seção de discussão encontra-se indisponível nesta versão do trabalho.

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO

Os estudos psicométricos realizados apresentaram estimativas de fidedignidade e evidências de validade a partir da versão brasileira da DABS. A análise de DIF de acordo com a modalidade de aplicação indicou adequação para aplicações de forma remota ou presencial, sem prejuízos aos escores dos avaliados, uma vez que a maioria dos itens apresentou características estatísticas semelhantes. Além disso, por meio da análise de concordância entre juízes, constatou-se que o instrumento teve altos níveis de correlação entre as pontuações de diferentes avaliadores, garantindo a fidedignidade dos resultados independentemente de quem o aplicou. Da mesma forma, por meio do estudo de validade convergente, apresentou forte correlação com outra medida do CA, indicando a validade de mensuração do construto.

Os resultados, portanto, foram bastante satisfatórios, indicando que o instrumento é promissor para o cenário brasileiro, que, atualmente, é caracterizado por uma falta de instrumentos adaptados e normatizados para a população brasileira. Assim, a DABS representa um ganho tanto para as instituições e profissionais que trabalham com indivíduos com TNDs (como os que auxiliaram no processo de coletas deste estudo), como dos próprios pacientes com algum tipo de prejuízo em CA, que se beneficiarão de um processo de avaliação das suas forças e limitações que seja melhor adaptado ao seu contexto cultural.

Algumas das limitações encontradas neste estudo foram devidas ao contexto pandêmico em que está inserido. O isolamento social limitou significativamente o alcance das coletas, e as amostras, conseqüentemente, foram afetadas, de forma que não foi possível garantir uma homogeneidade para todas as características amostrais. Esses pontos devem ser explorados em novos estudos, principalmente os que estão por vir para o processo de publicação do instrumento. Assim, será necessário priorizar tamanhos amostrais uniformes para características como gênero, faixa etária, perfil socioeconômico, modalidade de entrevista e grupo clínico e não-clínico.

Os resultados descritos também apontam a necessidade de uma qualificação dos profissionais que aplicarão a DABS em contexto clínico, uma vez que exige conhecimentos bastante específicos sobre desenvolvimento e, mais especificamente, sobre o próprio construto do CA. Para isso, sugere-se a realização de treinamentos especializados para a aplicação da DABS, garantindo, assim, a qualidade da aplicação e resultados mais fidedignos.

REFERÊNCIAS

- American Psychiatric Association (2014). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - 5a edição*. São Paulo: Artmed.
- Andriola, W. B. (2001). Descrição dos principais métodos para detectar o funcionamento diferencial dos itens (DIF). *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(3), 643-652.
- Araujo, E. A. C. D., Andrade, D. F. D., & Bortolotti, S. L. V. (2009). Teoria da resposta ao item. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 43(SPE), 1000-1008.
- Arias, B., Verdugo, M. Á., Navas, P., & Gómez, L. E. (2013). Factor structure of the construct of adaptive behavior in children with and without intellectual disability. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 13(2), 155-166.
- Balboni, G., Bacherini, A., Anselmi, P., Brovedani, P., Buono, S., Micheletti, S., ... & Tassé, M. J. (2022). Italian Diagnostic Adaptive Behavior Scale: Reliability and diagnostic accuracy compared with the Vineland-II. *Research in Developmental Disabilities*, 123, 104185.
- Balboni, G., Tasse, M. J., Schalock, R. L., Borthwick-Duffy, S. A., Spreat, S., Thissen, D., ... & Navas, P. (2014). The diagnostic adaptive behavior scale: Evaluating its diagnostic sensitivity and specificity. *Research in developmental disabilities*, 35(11), 2884-2893.
- Bayley, N. (2018). *Escalas Bayley de desenvolvimento do bebê e da criança pequena, Terceira Edição - Bayley III* (3rd ed). São Paulo: Pearson
- Braddock, D., Hemp, R., Rizzolo, M. C., Tanis, E. S., Haffer, L., Lulinski, A., & Wu, J. (2013). State of the states in developmental disabilities 2013: The great recession and its aftermath. *Washington, DC: American Association on Intellectual and Developmental Disabilities*.

- Brasil. (1996). *Resolução n° 196, de 10 de outubro de 1996*. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.
- Brown, T. A. (2015). *Confirmatory factor analysis for applied research*. Guilford publications.
- Bujang, M. A., & Baharum, N. (2016). Sample size guideline for correlation analysis. *World*, 3(1), 37-46.
- Bulut, O., & Suh, Y. (2017). Detecting Multidimensional Differential Item Functioning with the Multiple Indicators Multiple Causes Model, the Item Response Theory Likelihood Ratio Test, and Logistic Regression. *Frontiers in Education*, 2.
- Carmichael, L. (1936). A re-evaluation of the concepts of maturation and learning as applied to the early development of behavior. *Psychological Review*, 43(5), 450.
- Chalmers, R. P. (2012). mirt: A multidimensional item response theory package for the R environment. *Journal of statistical Software*, 48, 1-29
- Cicchetti, D. V. (1994). Guidelines, criteria, and rules of thumb for evaluating normed and standardized assessment instruments in psychology. *Psychological assessment*, 6(4), 284.
- Cohen, J. (1992). A power primer. *Psychological Bulletin*, 112(1), 155–159.
- Conselho Federal de Psicologia (2000). *Código de Ética Profissional dos Psicólogos*, Resolução n.º 016/2000.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. (M. Lopes, trad.) 3ª ed. Porto Alegre: Artmed.
- Davis, A. S. (2010). *Handbook of Pediatric Neuropsychology*. New York: Springer Publishing Company.
- De Araújo, E. A. C., De Andrade, D. F., & Bortolotti, S. L. V. (2009). Teoria da resposta ao item. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 43, 1000-1008.

- Ferreira, E. F., & Van Munster, M. D. A. (2015). Métodos de avaliação do comportamento adaptativo em pessoas com deficiência intelectual: uma revisão de literatura. *Revista Educação Especial, 1*(1), 193-208.
- Fonseca, R. J. R. M. D., Silva, P. J. D. S. P. D., & Silva, R. R. D. (2007). Acordo inter-juízes: O caso do coeficiente kappa. *Laboratório de Psicologia, 8*1-90.
- Gardner, H. (1983). *Frames of mind: The theory of multiple intelligences*. New York: Basic Books.
- Gottfredson, L. S. (1997). Mainstream science on intelligence. An editorial of 52 signatories, history, and bibliography. *Intelligence, 24*(1), 13–23.
- Greenough, W. T., Black, J. E., & Wallace, C. S. (2002). Experience and brain development. In M. H. Johnson, Y. Munakata, & R. O. Gilmore (Eds.), *Brain development and cognition: A reader* (pp. 186–216). Blackwell Publishing.
- Hallberg, S. C. M. (2022) Adaptação para o Brasil da *Diagnostic Adaptive Behavior Scale* (DABS) e evidências de validade baseadas na estrutura interna [Tese de Doutorado não publicada]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Harris, J. C. (2013). New terminology for mental retardation in DSM-5 and ICD-11. *Current opinion in psychiatry, 26*(3), 260-262.
- Harrison, P. L. (1987). Research on adaptive behavior scales. *Journal of Special Education, 21*, 37–38.
- Harrison, P. L., & Oakland, T. (2015). *ABAS-3: Adaptive behavior assessment system*. Los Angeles, CA: Western Psychological Services.
- Heber, R. (1959). A manual on terminology and classification in mental retardation: A monograph supplement. *American Journal of Mental Deficiency, 64*, 1–111.
- Heber, R. (1961). *A manual on terminology and classification in mental retardation* (Rev. ed.). Washington, DC: American Association on Mental Deficiency.

- Hu, L., & Bentler, P. M. (1999). Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal*, 6(1), 1–55.
- International Test Commission. (2017). *The ITC Guidelines for Translating and Adapting Testes (Second edition)*. <https://www.intestcom.org/>. Translation authorized by Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP).
- Koo, T. K., & Li, M. Y. (2016). A guideline of selecting and reporting intraclass correlation coefficients for reliability research. *Journal of chiropractic medicine*, 15(2), 155-163.
- Luckasson, R., & Schalock, R. L. (2015). Standards to guide the use of clinical judgment in the field of intellectual disability. *Intellectual and Developmental Disabilities*, 53(3), 240-251.
- Luckasson, R., Borthwick-Duffy, S., Buntinx, W. H., Coulter, D. L., Craig, E. M. P., Reeve, A., ... & Tasse, M. J. (2002). *Mental retardation: Definition, classification, and systems of supports*. American Association on Mental Retardation.
- McLoyd, V. C. (1998). Socioeconomic disadvantage and child development. *American Psychologist*, 53(2), 185–204.
- Mecca, T. P., Reppold, C. T., Muniz, M., Gomes, C. M. A., Bastos, A. C., Yates, D. B., ... & Dias, N. M. (2015). Funcionamento adaptativo: panorama nacional e avaliação com o adaptive behavior assessment system. *Revista Psicologia-Teoria e Prática*, 17(2).
- Milian, Q. G., Alves, R. J. R., Wechsler, S. M., & Nakano, T. D. C. (2013). Deficiência intelectual: doze anos de publicações na base SciELO. *Revista Psicopedagogia*, 30(91), 64-73.
- Miot, H. A. (2016). Análise de concordância em estudos clínicos e experimentais. *Jornal vascular brasileiro*, 15(2), 89-92.

- Muniz, M., & Freitas, C. P. P. (2017). Padronização e normatização de instrumentos psicológicos. In: Damásio, B. F., & Borsa, J. C. (Eds.). *Manual de desenvolvimento de instrumentos psicológicos* (p. 57-83). São Paulo: Vetor.
- Nakano, T. C., Primi, R., & Nunes, C. H. S. S. (2015). Análise de itens e Teoria de Resposta ao Item (TRI). In: Hutz, C. S., Bandeira, D. R., & Trentini, C. M. (Ed.). *Psicometria*. Porto Alegre: Artmed.
- Navas, P., Verdugo, M. A., Arias, B., & Gómez, L. E. (2012). Development of an instrument for diagnosing significant limitations in adaptive behavior in early childhood. *Research in developmental disabilities, 33*(5), 1551-1559.
- Nunes, C. H. S. S., & Primi, R. (2005). Impacto do tamanho da amostra na calibração de itens e estimativa de escores por teoria de resposta ao item. *Avaliação Psicológica, 4*(2), 141-153.
- Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2013). *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed.
- Pasquali, L. (2007). Validade dos testes psicológicos: será possível reencontrar o caminho?. *Psicologia: teoria e pesquisa, 23*, 99-107.
- Pasquali, L., & Primi, R. (2003). Fundamentos da teoria da resposta ao item: TRI. *Avaliação Psicológica, 2*(2), 99-110.
- Santos, S., Morato, P., & Luckasson, R. (2014). Psychometric properties of the Portuguese version of the Adaptive Behavior Scale. *Intellectual and developmental disabilities, 52*(5), 379-387.
- Schalock, R. L., Borthwick-Duffy, S. A., Bradley, V. J., Buntinx, W. H. E., Coulter, D. L., Craig, E. M., ... & Yeager, M. H. (2010). *Intellectual disability: Diagnosis, classification, and systems of supports* (11th ed.). Washington, DC: American Association on Intellectual and Developmental Disabilities.

- Schwartzman, J. S., & Lederman, V. R. G. (2017). Deficiência intelectual: causas e importância do diagnóstico e intervenção precoces. *Inclusão Social*, 10(2).
- Selau, T., Silva, M. A. D., & Bandeira, D. R. (2020). Construção e evidências de validade de conteúdo da Escala de Funcionamento Adaptativo para Deficiência Intelectual (EFA-DI). *Avaliação Psicológica*, 19(3), 333-341.
- Silva, M. A. D., Mendonça Filho, E. J. D., & Bandeira, D. R. (2020). *Inventário dimensional do desenvolvimento infantil (IDADI): manual*. Vetor Editora.
- Sisto, F. F. (2006). O funcionamento diferencial dos itens. *Psico-USF*, 11(1), 35-43.
- Sparrow, S. S., Cicchetti, D. V., & Saulnier, C. A. (2016). *Vineland Adaptive Behavior Scales, Third Edition (Vineland-3)*. San Antonio, TX: Pearson.
- Souza, A. C. D., Alexandre, N. M. C., & Guirardello, E. D. B. (2017). Propriedades psicométricas na avaliação de instrumentos: avaliação da confiabilidade e da validade. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 26, 649-659.
- Sternberg, R. J. (1985). *Beyond IQ: A triarchic theory of human intelligence*. CUP Archive.
- Sternberg, R. J., & Kaufman, J. C. (1998). Human abilities. *Annual review of psychology*, 49(1), 479-502.
- Stinnett, T. A., Fuqua, D. R., & Coombs, W. T. (1999). Construct validity of the AAMR adaptive behavior scale-school: 2. *School Psychology Review*, 28(1), 31-43.
- Tassé, M. J. (2017). *Diagnostic Adaptive Behavior Scale User's Manual*. American Association on Intellectual Developmental Disabilities.
- Tassé, M. J., & Grover, M. D. (2013). American association on intellectual and developmental disabilities. *Encyclopedia of autism spectrum disorders*. Springer, New York, 122-125.

- Tassé, M. J., Luckasson, R., & Schalock, R. L. (2016a). The relation between intellectual functioning and adaptive behavior in the diagnosis of intellectual disability. *Intellectual and developmental disabilities, 54*(6), 381-390.
- Tassé, M. J., Schalock, R. L., Balboni, G., Bersani, H., Borthwick-Duffy, S. A., Spreat, S., ... & Zhang, D. (2012). The construct of adaptive behavior: Its conceptualization, measurement, and use in the field of intellectual disability. *American Journal on Intellectual and Developmental Disabilities, 117*, 291–303.
- Tassé, M. J., Schalock, R. L., Balboni, J., Bersani, H. A. Jr, Borthwick-Duffy, S. A., Spreat, S., ... & Zhang, D. (2018). *Diagnostic Adaptive Behavior Scale User's Manual*. Washington, DC: American Association on Intellectual and Development Disabilities.
- Tassé, M. J., Schalock, R. L., Balboni, G., Spreat, S., & Navas, P. (2016b). Validity and reliability of the Diagnostic Adaptive Behaviour Scale. *Journal of Intellectual Disability Research, 60*(1), 80-88.
- Tassé, M. J., Schalock, R. L., Thissen, D., Balboni, G., Bersani Jr, H., Borthwick-Duffy, S. A., ... & Navas, P. (2016c). Development and standardization of the diagnostic adaptive behavior scale: Application of item response theory to the assessment of adaptive behavior. *American journal on intellectual and developmental disabilities, 121*(2), 79-94.
- Turnbull, R., & Stowe, M. J. (2014). Elaborating the AAIDD public policy framework. *Mental Retardation, 52*(1), 1-12.
- VandenBos, G. R., & American Psychological Association. (2007). *APA dictionary of psychology*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Wang, W.-C. (2004). Effects of Anchor Item Methods on the Detection of Differential Item Functioning Within the Family of Rasch Models. *The Journal of Experimental Education, 72*(3), 221–261.

- World Health Organization. (2018). *International classification of diseases for mortality and morbidity statistics* (11th Revision). Recuperado de: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en>
- Zou, G. Y. (2012). Sample size formulas for estimating intraclass correlation coefficients with precision and assurance. *Statistics in Medicine*, 31(29), 3972–3981.

ANEXO A - Acordo de Licença em Pesquisa da DABS

AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES

LICENSE AGREEMENT

FOR RESEARCH ON THE DABS ASSESSMENT TOOL

This License Agreement (“Agreement”) is made effective as of April 6, 2018, by and between the American Association on Intellectual And Developmental Disabilities (“AAIDD”), and Denise Ruschel Bandeira (“Researcher”) regarding research concerning the use of the Diagnostic Adaptive Behavior Scale™ (DABS™) among Brazilian study samples.

WHEREAS, AAIDD is a nonprofit organization, tax exempt under Section 501(c)(3) of the United States Internal Revenue Code, with a mission to promote progressive policies, sound research, effective practices, and universal human rights for people with intellectual and developmental disabilities; and

WHEREAS, AAIDD has developed and owns the Diagnostic Adaptive Behavior Scale™, which is designed for the purpose of assessing adaptive behavior as a part of diagnosing intellectual disability, and

WHEREAS, Researcher desires to use AAIDD’s DABS™ for the purpose of assessing the use of the instrument among children and youth in Brazil; and

WHEREAS, in accordance with and in furtherance of AAIDD’s tax-exempt purposes, AAIDD wishes to permit such use.

NOW, THEREFORE, in consideration of the mutual promises contained herein and for other good and valuable consideration, the receipt of which is acknowledged, the parties hereby agree as follows:

1. Research Grant and Restrictions.
 - a. Permission to Translate: Subject to the provisions of this Agreement, AAIDD hereby grants a limited, non-transferable, non-exclusive license to Researcher to translate the DABS™ assessment tool (“AAIDD Materials”) and to use it solely for research purposes within Brazil..
 - b. License for Electronic Use: The DABS requires an electronic scoring platform, as it cannot be scored by hand. Therefore, subject to the provisions of this Agreement, AAIDD hereby grants a limited, non-transferable, non-exclusive license to Researcher to develop and maintain an electronic scoring platform for the DABS solely for use in the research studies described in Appendix B. Researcher’s electronic scoring platform must determine scores in the same way in which AAIDD’s online scoring platform determines scores, that is, based on item response theory as presented in the Technical Reference Guide in the *DABS User’s Manual*.

D57

- c. The foregoing license grant terminates on April 30, 2021. Any research on DABS beyond this date requires a new agreement with AAIDD.
- d. AAIDD grants permission to Researcher to translate the DABS™ assessment tool into Brazilian Portuguese solely for the purposes described above. Researcher shall provide to AAIDD a copy of all translated materials upon completion of the translation.
- e. Researcher agrees to follow the research procedures described in Appendix A of this agreement.
- f. No part of the AAIDD Materials, including the translation, may be reproduced, sold, or otherwise transferred except as provided in this Agreement. Further, no part of the AAIDD Materials may be posted or disseminated in any publicly available electronic medium, or any private electronic medium except for assessment purposes.
- g. Licensee shall not alter the AAIDD Materials, except in the manner described above.
- h. Licensee shall give full credit to AAIDD on all AAIDD Materials by adding the following:

“With permission of the American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (“AAIDD”). Copyright © 2017 American Association on Intellectual and Developmental Disabilities. All rights reserved.”
- i. Except as provided in this agreement, no rights or permissions are granted to Researcher, expressly or by implication, to use the name “AAIDD,” “American Association on Intellectual and Developmental Disabilities,” or any trademark or trade name owned by AAIDD, except upon receipt of AAIDD’s prior written approval.

2. Confidentiality. Researcher acknowledges and agrees that all AAIDD Materials used or provided by AAIDD are owned exclusively by AAIDD and shall remain the sole and exclusive property of AAIDD. Researcher shall keep all AAIDD Materials confidential and shall not reproduce, duplicate, reveal, publish, transfer, reverse engineer, or disclose any AAIDD Materials to anyone other than its employees or agents without AAIDD’s written consent. Researcher agrees to require all its employees, agents, and other representatives, including any insurers, servicers, consultants or other parties who have ongoing or intermittent access to any AAIDD Materials, to adhere to these confidentiality obligations. Upon termination of this agreement for any reason, Licensee shall return or cause to be returned to AAIDD within thirty (30) days any and all information, in whatever form, which is in its possession or control, or in the possession or control of any parties who may have been afforded access to any AAIDD products or AAIDD services, constituting or relating to any AAIDD Materials or programs.

3. Reports. Researcher agrees to provide AAIDD with any work product developed by Licensee, including but not limited to any journal article, report, documents, whether published or unpublished, concerning AAIDD Materials or their use.

05/8

4. No Agency: AAIDD and Researcher agree that this Agreement is not intended to create any partnership, joint venture, or agency relationship of any kind; and both agree not to contract any obligations in the name of the other, to use each other's credit in conducting any activities under this Agreement, or to represent that AAIDD is in the business of providing the products and/or services provided by Researcher.

5. Limitation of Liability; No Warranty; Indemnification.

a. AAIDD shall have no liability to Researcher or any other individual or entity connected with the Researcher for any claim, loss, or damage of any kind or nature whatsoever arising out of or in connection with the AAIDD Materials, whether or not known or disclosed to Researcher.

b. The AAIDD Materials are provided "as is," and Researcher accepts the entire risk as to the use of the AAIDD Materials. AAIDD is not undertaking to render legal, professional, or other services for or on behalf of any person or entity.

6. Successors and Assigns. This Agreement shall be binding on the parties, but shall not be transferred by Researcher to any successors and assigns without the prior written consent of AAIDD.

7. Governing Law. This Agreement shall be governed and construed in accordance with the laws of the District of Columbia, USA, without regard to the conflict of laws principles or rules. Each party hereby consents and submits to the personal jurisdiction of any local or federal court of competent jurisdiction sitting in the District of Columbia, waives any objection to venue in such court, and consents to service of process by registered or certified mail, return receipt as requested, at the last known address of such party.

8. Entire Agreement. This Agreement constitutes the entire agreement and understanding of the parties and may be modified only by a written amendment executed by both parties.

IN WITNESS WHEREOF, the parties have signed this Agreement, effective as of the day and year first written above.

American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD)

By: [Signature] Date: 4-23-18
Signature: _____

THEY BEING _____

Licensee

By: [Signature] Date: 04/17/2018
Signature: _____

Name: DENISE KUSCHEL BAVOJIRA

Title: FULL PROFESSOR

ANEXO B - Parecer consubstanciado do CEP-PSICO

UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Adaptação transcultural para o português brasileiro, evidências de validade e estimativa de fidedignidade da Diagnostic Adaptive Behavior Scale (DABS)

Pesquisador: Denise Ruschel Bandeira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 14409919.9.0000.5334

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFRGS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.440.890

Apresentação do Projeto:

Este estudo versa sobre Comportamento Adaptativo (CA), Deficiência Intelectual (DI), Avaliação Psicológica e Psicometria e está vinculado ao Grupo de Estudo, Aplicação e Pesquisa em Avaliação Psicológica (GEAPAP) da UFRGS.

Este estudo é caracterizado por duas fases:

- I) Adaptação transcultural, para o português brasileiro, da Diagnostic Adaptive Behavior Scale (DABS)
- II) Investigação das evidências de validade e estimativa de fidedignidade da DABS/versão português brasileiro.

A partir deste estudo serão derivados artigos teóricos sobre os principais aspectos envolvidos no exame do CA e na avaliação psicológica de deficientes intelectuais, além de artigos empíricos que apresentarão e discutirão os resultados dos estudos de evidências de validade e de estimativa de fidedignidade da Diagnostic Adaptive Behavior Scale DABS/ versão português brasileiro.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Realizar a adaptação transcultural da Diagnostic Adaptive Behavior Scale (DABS) para o contexto brasileiro e examinar evidências de validade e estimativa de fidedignidade dessa adaptação.

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600

Bairro: Santa Cecília

CEP: 90.035-003

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-5698

Fax: (51)3308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br

UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 3.440.890

Objetivos Secundários:

- * Investigar as evidências de validade baseadas na estrutura interna da DABS/versão português brasileiro;
- * Investigar as evidências de validade baseadas na relação com outras variáveis (validade convergente e de critério);
- * Investigar as evidências de validade baseadas na sensibilidade e especificidade;
- * Estimar a fidedignidade da DABS/versão português brasileiro (estabilidade temporal).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os procedimentos desta pesquisa têm risco mínimo, caso ocorra, seria desconforto em responder algumas perguntas do questionário. Nessa situação, os pesquisadores irão conversar sobre a desistência do participante e, em caso de necessidade, sobre encaminhamento para o serviço de atendimento mais indicado.

Benefícios:

A participação não traz benefício direto para o participante. Todos os participantes submetidos ao WASI terão acesso ao resultado, se assim o quiserem. Como o WASI é um teste de rastreio de eficiência intelectual, caso algum participante da amostra não-clínica acuse prejuízo, os pais serão chamados para receber orientações e encaminhamento para locais que realizam avaliações psicológicas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um estudo observacional de adaptação transcultural de instrumento de deficiência intelectual com amostra clínica e não clínica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

São apresentados termos de apresentação obrigatória como termo de consentimento para pais, responsáveis, tutores e de assentimento, bem como termo de autorização de realização do estudo nas instituições. Nesses termos estão presentes: objetivo do estudo, riscos e benefícios, possibilidade de retirada do consentimento em qualquer tempo, garantia de anonimato, dados para contato com pesquisadores e com o comitê de ética em pesquisa estão presentes, assim como dados detalhados dos pesquisadores e local e tempo de guarda das informações coletadas.

Recomendações:

Recomendamos especial atenção na obtenção dos consentimentos e assentimentos, de forma que a terminologia utilizada seja apropriada à escolaridade e linguagem da população participante a fim

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília **CEP:** 90.035-003
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698 **E-mail:** cep-psico@ufrgs.br

**UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO**



Continuação do Parecer: 3.440.890

de que compreendam do que se trata o estudo.

No item 5 do termo de consentimento intitulado TCLE pais ou responsável (doc3) no item 5 já falta de palavras na frase. Rever.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto contempla os itens necessários para assegurar a ética em pesquisa com seres humanos à luz das resoluções CNS vigentes.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1310322.pdf	08/06/2019 16:01:12		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	2.pdf	08/06/2019 16:00:29	SÍLVIA CRISTINA MARCELIANO HALLBERG	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	4.pdf	08/06/2019 16:00:04	SÍLVIA CRISTINA MARCELIANO HALLBERG	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	3.pdf	08/06/2019 15:59:44	SÍLVIA CRISTINA MARCELIANO HALLBERG	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	1.pdf	08/06/2019 15:59:18	SÍLVIA CRISTINA MARCELIANO HALLBERG	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Aprovacao_Compesq.pdf	23/05/2019 21:01:19	Denise Ruschel Bandeira	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_Silvia.pdf	09/05/2019 10:30:46	Denise Ruschel Bandeira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília **CEP:** 90.035-003
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698 **E-mail:** cep-psico@ufrgs.br

UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 3.440.890

PORTO ALEGRE, 05 de Julho de 2019

Assinado por:
Milena da Rosa Silva
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600

Bairro: Santa Cecília

CEP: 90.035-003

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-5698

Fax: (51)3308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br

UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO GRANDE DO SUL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: Adaptação transcultural para o português brasileiro, evidências de validade e estimativa de fidedignidade da Diagnostic Adaptive Behavior Scale (DABS)

Pesquisador: Denise Ruschel Bandeira

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 14409919.9.0000.5334

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFRGS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.143.250

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma segunda emenda ao projeto de pesquisa anteriormente aprovado por este CEP. Essa emenda ocorre por conta da pandemia do COVID-19 e consta de:

Modificações quanto a instrumentos de coleta:

- Foi retirada do projeto a aplicação da Escala de Funcionamento Adaptativo para Deficiência Intelectual (EFA-DI). Essa medida afere prejuízos em comportamento adaptativo e seria utilizada no estudo de evidência de validade convergente. Ao invés desse instrumento, será administrada a Escala de Comportamento Adaptativo Vineland (Vineland-3). Essa troca se deu em razão do lançamento recente da (Vineland-3) no Brasil. A literatura aponta o instrumento como o mais utilizado na clínica e em pesquisas para medir prejuízos em comportamento adaptativo. Também a Vineland-3 foi utilizada na validação da DABS original e em diversas publicações internacionais sobre suas propriedades psicométricas. Assim, acreditamos que essa modificação irá aprimorar nosso estudo sobre a evidência de validade convergente e facilitar a publicação dos resultados.
- Foi retirada a aplicação do SON-R 2 1/2 -7 [A] do projeto. Essa medida se destinava a aferir a eficiência intelectual dos participantes menores de 6 anos de idade, para o estudo de evidência de validade com relação a outras variáveis. Essa modificação se deu em razão de necessidade de redução de custos financeiros e de tempo de coleta. Manteremos a aferição de inteligência nos participantes maiores de 6 anos através da

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600 Sala 116

Bairro: Santa Cecília

CEP: 90.035-003

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3308-5698

Fax: (51)3308-5698

E-mail: cep-psico@ufrgs.br

UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 4.143.250

administração da Escala Wechsler Abreviada de Inteligência (WASI). Assim, no estudo de evidência de validade com relação a outras variáveis somente teremos participantes maiores de 6 anos de idade.

3. Referente aos procedimentos de coleta: • Em razão da quarentena preventiva ao Coronavírus (COVID-19), a coleta de dados foi interrompida. Para que não houvesse prejuízo grave no prazo de conclusão da pesquisa foi organizada coleta via chamada de vídeo do WhatsApp. Foi construído um cadastro online para ser preenchido pelo participante. Nesse cadastro, os pais preenchem o Questionário de Dados Sociodemográficos e formalizam a participação através do aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após o preenchimento desse cadastro, é agendada a coleta de dados, via chamada de vídeo, no dia e horário mais conveniente para o participante.

• Em razão de uma das formas de análise de evidências de validade envolver a avaliação de dois juízes para detectar concordância entre eles, aproveitaremos as entrevistas online para gravar em torno de 50 entrevistas de modo que possam ser recodificadas por dois juízes diferentes. Para isso, também fizemos uma modificação no TCLE

Objetivo da Pesquisa:

Realizar a adaptação transcultural da Diagnostic Adaptive Behavior Scale (DABS) para o contexto brasileiro e examinar evidências de validade e estimativa de fidedignidade dessa adaptação.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os procedimentos desta pesquisa têm risco mínimo, caso ocorra, seria desconforto em responder algumas perguntas do questionário. Nessa situação, os pesquisadores irão conversar sobre a desistência do participante e, em caso de necessidade, sobre encaminhamento para o serviço de atendimento mais indicado.

Benefícios:

A participação não traz benefício direto para o participante. Todos os participantes submetidos ao WASI terão acesso ao resultado, se assim o quiserem. Como o WASI é um teste de rastreio de eficiência intelectual, caso algum participante da amostra não-clínica acuse prejuízo, os pais serão chamados para receber orientações e encaminhamento para locais que realizam avaliações psicológicas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um estudo observacional de adaptação transcultural de instrumento de deficiência intelectual com amostra clínica e não clínica.

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600 Sala 116
Bairro: Santa Cecília **CEP:** 90.035-003
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698 **E-mail:** cep-psico@ufrgs.br

UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 4.143.250

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

São apresentados termos de apresentação obrigatória como termo de consentimento para pais, responsáveis, tutores e de assentimento, bem como termo de autorização de realização do estudo nas instituições. Nesses termos estão presentes: possibilidade de retirada do consentimento em qualquer tempo, garantia de anonimato, dados para contato com pesquisadores e com o comitê de ética em pesquisa estão presentes, assim como dados detalhados dos pesquisadores.

Recomendações:

Recomendamos especial atenção na obtenção dos consentimentos e assentimentos, de forma que a terminologia utilizada seja apropriada à escolaridade e linguagem da população participante a fim de que compreendam do que se trata o estudo, tanto na conversa, quanto na escrita dos termos obrigatórios e abordagem nos contatos online.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A versão apresentada da emenda e documentos anexos atende as diretrizes da resolução CNS 466/12 em relação aos pressupostos éticos da pesquisa com seres humanos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Recomendamos a todos os pesquisadores do Instituto de Psicologia que avaliem os seus projetos de pesquisa em andamento e considerem os impactos da COVID-19 na continuidade de sua realização.

Esta recomendação se aplica a todos os projetos de pesquisa. Devem ser avaliadas as situações de interação pessoal em coletas de dados e outras situações decorrentes da realização dos estudos.

Caso necessite de uma consultoria, o CEP do Instituto de Psicologia fica à disposição para discutir cada situação de forma pontual.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1570300_E2.pdf	03/06/2020 12:06:24		Aceito
Outros	Adendo.pdf	03/06/2020 12:02:52	Denise Ruschel Bandeira	Aceito

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600 Sala 116
Bairro: Santa Cecília **CEP:** 90.035-003
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698 **E-mail:** cep-psico@ufrgs.br

UFRGS - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 4.143.250

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	novo_TCLE_online.pdf	03/06/2020 11:59:21	Denise Ruschel Bandeira	Aceito
Outros	6.pdf	29/10/2019 13:19:25	SILVIA CRISTINA MARCELIANO HALLBERG	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	3.pdf	29/10/2019 13:15:38	SILVIA CRISTINA MARCELIANO HALLBERG	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	2.pdf	08/06/2019 16:00:29	SILVIA CRISTINA MARCELIANO HALLBERG	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	4.pdf	08/06/2019 16:00:04	SILVIA CRISTINA MARCELIANO HALLBERG	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	1.pdf	08/06/2019 15:59:18	SILVIA CRISTINA MARCELIANO HALLBERG	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Aprovacao_Compesq.pdf	23/05/2019 21:01:19	Denise Ruschel Bandeira	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_Silvia.pdf	09/05/2019 10:30:46	Denise Ruschel Bandeira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 08 de Julho de 2020

Assinado por:
Oriana Holsbach Hadler
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600 Sala 116
Bairro: Santa Cecília **CEP:** 90.035-003
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3308-5698 **Fax:** (51)3308-5698 **E-mail:** cep-psico@ufrgs.br

ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(pais ou responsável legal)

Dados sobre a pesquisa:

Título: Adaptação transcultural para o português brasileiro, evidências de validade e estimativa de fidedignidade da *Diagnostic Adaptive Behavior Scale* (DABS).

- 1. Pesquisadora Responsável:** Dra. Denise Ruschel Bandeira (Professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul).
- 2. Pesquisadoras Executantes:** Me. Sílvia Cristina Marceliano Hallberg (Doutoranda).
- 3. Avaliação do risco da pesquisa:** (x) Mínimo () Baixo () Médio () Maior.
- 4. Riscos e inconveniências:** Os procedimentos desta pesquisa têm risco mínimo. Há apenas risco de algum desconforto em responder algumas perguntas. Caso isso ocorra com você, poderemos conversar sobre a sua desistência em participar da pesquisa e, se for o caso, encaminhamento para o serviço de atendimento mais indicado.
- 5. Duração da pesquisa:** A pesquisa será realizada até Dezembro de 2020. Contudo, sua participação consiste em responder a uma Ficha de Dados Pessoais e Sociodemográficos e a uma escala que avalia comportamento adaptativo. Comportamento adaptativo é conjunto de tarefas as pessoas realizam no dia-a-dia, sem apoios ou lembretes. Alguns participantes serão convidados essa escala em duas ocasiões diferentes. Alguns ainda serão convidados responder a uma segunda escala de comportamento adaptativo. Seu filho(a) poderá participar do estudo realizando um teste de rastreio de eficiência intelectual. Você poderá ter acesso ao resultado desse teste caso solicite. Documentos da pesquisa ficarão armazenados na sede do Grupo de Estudo, Aplicação e Pesquisa em Avaliação Psicológica (GEAPAP), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por um período mínimo de cinco anos.
- 6. Justificativa e objetivo:** O objetivo da pesquisa é adaptar uma escala de comportamento adaptativo para a língua portuguesa e verificar suas evidências de validade e estimar a sua fidedignidade. Esse tipo de medida é muito importante para diagnosticar a Deficiência Intelectual.
- 7. Procedimentos:** Caso concorde em participar da pesquisa, você deverá responder uma Ficha de Dados Pessoais e Sociodemográficos e a uma ou a duas escalas de comportamento adaptativo mediante uma entrevista. Esse procedimento dura, em média, 30 minutos. O objetivo é que você avalie o comportamento de seu filho(a). Você poderá ser convidado a responder a uma escala de comportamento adaptativo em duas ocasiões diferentes. Seu filho(a) poderá ser convidado a responder a um teste de rastreio de eficiência intelectual. Esse procedimento dura, em média, 30 minutos.
- 8. Potenciais benefícios:** A sua participação beneficiará o desenvolvimento da ciência e diagnóstico da Deficiência Intelectual no país. Espera-se que a pesquisa possa contribuir para a detecção e terapêutica da Deficiência Intelectual e para aumento do conhecimento sobre comportamento adaptativo no Brasil. Caso tenha interesse, você também poderá ter o benefício de conhecer o nível de eficiência intelectual atual de seu filho(a). Basta manifestar esse interesse ao pesquisador.

Como participante, você terá assegurado os seguintes direitos:

Participação voluntária: Sua participação na pesquisa é voluntária e você só precisa assinar este termo caso deseje participar.

1.Direito de não participar ou interromper sua participação no estudo: Você pode interromper a sua participação a qualquer momento sem qualquer prejuízo para você.

2.Sigilo e privacidade: O material produzido durante o grupo de discussão ficará arquivado em local seguro na sede do Grupo de Estudo, Aplicação e Pesquisa em Avaliação Psicológica (GEAPAP), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por um período mínimo de cinco anos. Os dados coletados serão publicados em periódicos científicos, e garantimos que seu anonimato e de seu filho(a) serão assegurados. A identificação de vocês poderá ser realizada somente pela equipe envolvida diretamente com a pesquisa.

3.Direito à informação: Em qualquer momento do estudo você poderá obter mais informações e esclarecer suas dúvidas com a Profa. Dra. Denise Bandeira ou com a pesquisadora Sílvia Cristina Marceliano Hallberg (0xx51) 3308-5698 ou pelo e-mail geapap@ufrgs.br.

4.Direito de informação sobre aspectos éticos da pesquisa: Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética desta pesquisa, você pode entrar em contato com os seguintes Comitê de Ética em Pesquisa: 1) Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo telefone (0xx51) 3308-5698, ou e-mail cep-psico@ufrgs.br, localizado à Rua Ramiro Barcelos, 2.600, Porto Alegre/RS.

2) Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo pelo telefone (0xx11) 2661-7585, ou e-mail cappesq.adm@hc.fm.usp.br, localizado à Rua Ovídio Pires de Campos, 225 5º andar, São Paulo/SP.

3) Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital São Lucas da PUCRS pelo telefone (0xx51) 3320-33-45, ou e-mail cep@pucrs.br, localizado à Av Ipiranga, 6690, Prédio 60, sala 314. Porto Alegre/RS.

A presente pesquisa foi aprovada por estes Comitês de Ética, que estão à disposição para esclarecimentos.

5.Despesas e compensações: Você não terá despesas ou compensações financeiras ao participar da pesquisa.

6.Garantia de assistência: Caso, durante a participação na pesquisa, entendamos que você ou seu filho(a) necessitem de algum tipo de atendimento e assim você deseje, nós lhe informaremos acerca de locais de assistência.

Nome do Participante: _____

Telefone: (____) _____ - **E-mail:** _____

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li (ou que foram lidas para mim) sobre a pesquisa "Adaptação transcultural para o português brasileiro, evidências de validade e estimativa de fidedignidade da *Diagnostic Adaptive Behavior Scale (DABS)*". Concordo voluntariamente com a minha participação e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízos.

Data: ____/____/____ Assinatura do participante: _____



Sílvia Cristina Marceliano Hallberg
Psicóloga Clínica - UFRGS

Assinatura do responsável pelo estudo:

ANEXO D - Formulário Cadastral do Participante

CONVITE PARA PESQUISA SOBRE COMPORTAMENTO ADAPTATIVO

Olá!

Somos pesquisadoras do Grupo de Estudo, Aplicação e Pesquisa em Avaliação Psicológica (GEAPAP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e estamos adaptando um teste que avalia o comportamento adaptativo de crianças e adolescentes. O comportamento adaptativo se refere à eficiência com que uma pessoa toma conta de si e a se relaciona com os outros em sua vida diária. Esse instrumento pode auxiliar o diagnóstico e a intervenção em Deficiência Intelectual e em outras condições. Para isso, estamos entrevistando mães ou pais de crianças e adolescentes (entre 4 e 21 anos de idade) com e sem diagnóstico de Deficiência Intelectual.

Gostaríamos de convidá-lo(a) a participar dessa entrevista, que será realizada via chamada de vídeo do WhatsApp. Nessa entrevista, você será convidado a responder perguntas sobre algumas atividades ou comportamentos que o(a) seu(sua) filho(a) realiza habitualmente.

Para participar você precisará:

1. Dispor de 5 minutos do seu tempo para preencher este formulário cadastral;
 2. Formalizar sua participação na pesquisa, confirmando o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;
 3. Preencher todos os campos deste cadastro;
 4. Enviar o cadastro preenchido, clicando no botão ENVIAR, localizado ao final desta página.
- Após esse envio, entraremos em contato com você para agendar o dia e horário da entrevista.

*Para obter mais informações e esclarecer suas dúvidas sobre essa pesquisa:

geapap@ufrgs.br

(51) 99336-81-62 hallberg.scm@gmail.com

(51) 99152-12-93 adriana.lopes@acad.pucrs.br

•Obrigatório

1. Endereço de e-mail *

Termo de
Consentimento
Livres e
Esclarecido

DADOS SOBRE A PESQUISA:

1. Título: Adaptação transcultural para o português brasileiro, evidências de validade e estimativa de fidedignidade da Diagnostic Adaptive Behavior Scale (DABS).
2. Pesquisadora Responsável: Dr^a. Denise Ruschel Bandeira (Professora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
3. Pesquisadora Executante: Sílvia Cristina Marceliano Hallberg (Doutoranda).
4. Avaliação do risco da pesquisa: (x) Mínimo () Baixo () Médio () Maior
5. Riscos e inconveniências: Os procedimentos desta pesquisa têm risco mínimo. Há apenas risco de algum desconforto em responder algumas perguntas. Caso isso ocorra com você, poderemos conversar sobre a sua desistência em participar da pesquisa e, se for o caso, encaminhamento para o serviço de atendimento mais indicado.
6. Duração da pesquisa: A pesquisa será realizada até Dezembro de 2020.
7. Justificativa e objetivo: O objetivo da pesquisa é adaptar uma escala de comportamento adaptativo para a língua portuguesa e verificar suas evidências de validade e estimar a sua fidedignidade. Esse tipo de medida é muito importante para diagnosticar a Deficiência Intelectual.
8. Procedimentos: Caso concorde em participar da pesquisa, você deverá responder um formulário cadastral e a uma ou a duas escalas de comportamento adaptativo mediante um entrevista. Esse procedimento dura, em média, 30 minutos. O objetivo é que você avalie o comportamento de seu filho(a). Você poderá ser convidado a responder a uma escala de comportamento adaptativo em duas ocasiões diferentes. Seu filho(a) poderá ser convidado a responder a um teste de rastreio de eficiência intelectual. Esse procedimento dura, em média, 30 minutos.

2. Consentimento *

Marque todas que se aplicam.

Acredito ter sido suficientemente informado(a) a respeito dos dados que li sobre a pesquisa "Adaptação transcultural para o português brasileiro, evidências de validade e estimativa de fidedignidade da Diagnostic Adaptive Behavior Scale (DABS)". Concordo voluntariamente com a minha participação e estou ciente de que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízos.

Formulário Cadastral

3. Preencha aqui o seu nome completo *

4. Qual é a sua idade? *

5. Qual é a sua data de nascimento? *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

6. Qual é o seu sexo? *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
 Masculino

7. Qual é a sua escolaridade? *

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Fundamental incompleto
 Ensino Fundamental completo
 Ensino Médio incompleto
 Ensino Médio completo
 Ensino Técnico/profissionalizante incompleto
 Ensino Técnico/profissionalizante completo
 Ensino Superior incompleto
 Ensino Superior completo
 Pós-graduação

8. Qual seu telefone para contato (com DDD)? *

9. Qual é a sua etnia ou raça? *

Marcar apenas uma oval.

- Parda
- Preta
- Branca
- Outro: _____

10. Na entrevista que será agendado, você responderá perguntas sobre as atividades ou comportamentos de seu(sua) ... *

Marcar apenas uma oval.

- Filho(a)
- Irmão(ã)
- Neto(a)
- Sobrinho(a)
- Colega ou amigo(a)
- Outro: _____

11. Há quantos anos você conhece a pessoa sobre a qual vamos realizar a entrevista? *

12. Qual é a categoria que melhor descreve a renda da sua família? *

Marcar apenas uma oval.

- Menor que 1 salário mínimo (menor que R\$ 1.031)
- Entre 1 e 2 salários mínimos (entre R\$ 1.031 e R\$ 2.062)
- Acima de 2 até 3 salários mínimos (entre R\$ 2.062 e R\$ 3.093)
- Acima de 3 até 4 salários mínimos (entre R\$ 3.093 e R\$ 4.124)
- Acima de 4 até 5 salários mínimos (entre R\$ 4.124 e R\$ 5.155)
- Acima de 5 até 10 salários mínimos (entre R\$ 5.155 e R\$ 10.310)
- Acima de 10 até 15 salários mínimos (entre R\$ 10.310 e R\$ 15.465)
- Acima de 15 salários mínimos (maior que R\$ 15.465)

13. Quantas pessoas vivem dessa renda, incluindo você? *

14. Em que cidade você reside? *

15. Em qual estado brasileiro você mora? *

Marcar apenas uma oval.

- Acre AC
- Alagoas AL
- Amapá AP
- Amazonas AM
- Bahia BA
- Ceará CE
- Distrito Federal DF
- Espírito Santo ES
- Goiás GO
- Maranhão MA
- Mato Grosso MT
- Mato Grosso do Sul MS
- Minas Gerais MG
- Pará PA
- Paraíba PB
- Paraná PR
- Pernambuco PE
- Piauí PI
- Rio de Janeiro RJ
- Rio Grande do Norte RN
- Rio Grande do Sul RS
- Rondônia RO
- Roraima RR
- Santa Catarina SC
- São Paulo SP
- Sergipe SE
- Tocantins TO

ANEXO E - Extrato de itens da versão adaptada da DABS (4-8)

Domínio Conceitual

1	Comunica ideias complexas (que contenham mais de um elemento, por exemplo, "Vou à escola porque gosto de aprender a ler") por meio de linguagem oral ou escrita ou de sinais (incluindo comunicação alternativa por meio de tecnologia assistiva).	0	1	2	3	NP
2	Usa corretamente os tempos verbais (por exemplo, passado, presente, futuro).	0	1	2	3	NP
3	Relata experiências na forma narrativa, ou seja, conta histórias.	0	1	2	3	NP
4	Utiliza informações concretas para defender seu ponto de vista durante uma discussão.	0	1	2	3	NP

Domínio Social

26	Chega a um acordo mútuo com os outros, quando em desacordo.	0	1	2	3	NP
27	Identifica as relações entre as pessoas quando questionado (por exemplo, "Essa é a mãe da Maria", "Ele é o irmão do João," etc).	0	1	2	3	NP
28	Envolve-se de forma ativa com seu grupo de amigos (participa de jogos, faz sugestões de brincadeiras, etc.)	0	1	2	3	NP
29	Tem expectativas razoáveis em relação aos amigos (por exemplo, não fica muito tempo chateado(a) quando um amigo sai com outras pessoas e não convida ele/ela).	0	1	2	3	NP

Domínio Prático

51	Regula o fluxo de água da torneira.	0	1	2	3	NP
52	Regula a temperatura da água da torneira.	0	1	2	3	NP
53	Sabe quando precisa ir ao banheiro.	0	1	2	3	NP
54	Controla os esfíncteres (xixi e cocô) durante o dia.	0	1	2	3	NP

ANEXO F - Extrato de itens da versão adaptada da DABS (9-15)

Domínio Conceitual

1	Usa conjunções nas frases (por exemplo, "e", "ou").	0	1	2	3	NP
2	Usa os tempos verbais (por exemplo, passado, presente, futuro).	0	1	2	3	NP
3	Usa pronomes nas frases (por exemplo, "ele/ela", "dele/dela").	0	1	2	3	NP
4	Relata experiências na forma narrativa, ou seja, conta histórias.	0	1	2	3	NP

Domínio Social

26	Debate sobre as diferenças de opinião (por exemplo, apresenta e discute suas ideias, escuta e examina as ideias do outro).	0	1	2	3	NP
27	Envolve-se de forma ativa com seu grupo de amigos (participa de jogos, faz sugestões de brincadeiras, etc.)	0	1	2	3	NP
28	Tem expectativas razoáveis em relação aos amigos (por exemplo, não fica muito tempo chateado(a) quando um amigo sai com outras pessoas e não convida ele/ela).	0	1	2	3	NP
29	Permanece no assunto que está sendo discutido durante uma conversa em grupo.	0	1	2	3	NP
30	Tenta ajudar os outros quando lhe pedem algo razoável.	0	1	2	3	NP

Domínio Prático

51	Regula a temperatura da água da torneira.	0	1	2	3	NP
52	Controla a bexiga durante a noite.	0	1	2	3	NP
53	Abotoa/ajusta as roupas após usar o banheiro.	0	1	2	3	NP
54	Usa o banheiro em ambientes desconhecidos.	0	1	2	3	NP

ANEXO G - Extrato de itens da versão adaptada da DABS (16-21)

Domínio Conceitual

1	Sabe preencher um formulário de pedido de emprego/estágio ou ficha de matrícula em um curso.	0	1	2	3	NP
2	Procura informações no dicionário, na enciclopédia ou na <i>internet</i> , quando necessário.	0	1	2	3	NP
3	Consegue ler documentos importantes (por exemplo, documentos de matrículas de aulas, normas da escola/trabalho, formulário de solicitação de abertura de conta no banco).	0	1	2	3	NP
4	Lê as etiquetas das roupas em uma loja, para encontrar o tamanho certo.	0	1	2	3	NP

Domínio Social

26	Aceita convites para eventos ou atividades (por exemplo, entrevista de emprego/estágio, casamento, etc.).	0	1	2	3	NP
27	Veste-se adequadamente em ocasiões especiais (por exemplo, entrevista de emprego/estágio, casamento, etc.).	0	1	2	3	NP
28	Chega preparado(a) para um evento especial (por exemplo, entrevista de emprego/estágio, festa, funeral).	0	1	2	3	NP
29	Combina de sair com os amigos (por exemplo, cinema, eventos esportivos, etc.).	0	1	2	3	NP

Domínio Prático

51	Serve-se porções de comida de tamanho adequado durante as refeições.	0	1	2	3	NP
52	Lava e guarda a louça ou a coloca e retira da máquina de lavar.	0	1	2	3	NP
53	Completa a sequência correta de uma tarefa de trabalho de várias etapas (por exemplo, seguir uma receita para preparar um prato, seguir instruções para instalar algum aparelho).	0	1	2	3	NP
54	Conclui tarefas difíceis.	0	1	2	3	NP

ANEXO H - Questionário Sociodemográfico da DABS

RESPONDENTE

Nome completo: _____

Idade: _____ Data de nascimento: ____/____/____

Sexo: Feminino Masculino

Telefone de contato: () _____ E-mail: _____

Escolaridade: _____

Etnia ou raça: Parda Preta Branca Outra: _____

Há quantos anos conhece a pessoa avaliada? _____

Grau de parentesco ou de relacionamento com a pessoa avaliada:

Mãe Pai Irmão(ã) Avó(ô) Tia(o) Professor(a) Colega/Amigo(a)

Babá/Cuidador(a) Outro: _____

Data da entrevista: ____/____/____

PESSOA AVALIADA

Nome completo: _____

Idade: _____ Data de nascimento: ____/____/____

Sexo: Feminino Masculino

Etnia ou raça: Parda Preta Branca Outra: _____

Cidade e estado onde reside: _____

Escolaridade: _____ Cursa ou cursou: Ensino Público Ensino Privado

Tipo de colocação em sala de aula:

Ensino regular Currículo adaptado

Escola especial Outra: _____

Condição de saúde investigada ou previamente diagnosticada (marque todas que se aplicam):

- Deficiência Intelectual
- Baixa Visão, Cegueira ou outra Deficiência Visual
- Surdez ou outra Deficiência Auditiva
- Deficiência na Fala/Linguagem
- Deficiência Física
- Distúrbio Emocional/Problema de Saúde Mental
- Atraso no desenvolvimento
- Transtorno de Aprendizagem
- Transtorno do Espectro Autista (TEA)
- Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH)
- Lesão Cerebral Traumática
- Outra: _____
- Não possui nenhuma condição de saúde investigada ou diagnosticada

ENTREVISTADOR

Nome completo: _____

Idade: _____ Data de nascimento: ____/____/____

Sexo: Feminino Masculino

Telefone de contato: () _____ E-mail: _____

Profissão:

- Psicólogo Fonoaudiólogo Neurologista Psiquiatra Pediatra Professor
- Psicopedagogo/Psicomotricista Outra: _____

Tempo de experiência profissional: _____ anos.

Tempo de duração desse protocolo de entrevista (aplicação da DABS): _____ minutos.